

Teto do consignado cai para acompanhar Selic

Por Edna Simão, Eduardo Campos, Fabio Graner e Andrea Jubé | De Brasília

O limite da taxa de juros do crédito consignado dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e dos servidores públicos foi reduzido para se adequar às sucessivas quedas da taxa básica de juros (Selic), hoje em 8,25% ao ano.

Ontem pela manhã, conforme antecipado pelo Valor PRO, o Conselho Nacional de Previdência Social (CNP) aprovou a redução do teto para o consignado dos aposentados do INSS de 2,14% para 2,08% ao mês. Anualizado, o teto, que hoje é de 28,9%, baixou para 28,0%. No cartão de crédito, a taxa cobrada caiu de 3,06% para 3% ao mês. "A redução foi feita para o teto ficar compatível com um cenário de queda da taxa Selic", afirmou o secretário de Previdência Social, Marcelo Caetano.

Além disso, o colegiado aprovou a redução do limite de contratação na modalidade de cartão de crédito, que passou de 2 vezes para 1,4 vez o valor do benefício mensal. Isso permitirá que a liquidação do empréstimo se dê em 72 meses. Segundo Caetano, a medida tem como objetivo impedir o elevado endividamento e, conseqüentemente, evitar aumento da inadimplência.

No período da tarde foi a vez de o Ministério do Planejamento divulgar a queda do teto da taxa de juros dos servidores públicos federais. O ministro Dyogo Oliveira anunciou que o juro em operações com servidores caiu de 2,2% para 2,05% ao mês. Em taxas anualizadas, a diminuição representa uma redução de 2,2 pontos percentuais, com a queda da taxa equivalente de 29,8% para 27,6%. No caso do servidor, este será o segundo corte realizado neste ano.

Segundo o ministro, essa redução de juros representa uma economia com o pagamento de juros de aproximadamente R\$ 5 bilhões por ano. "É mais dinheiro que fica para o aposentado e para o servidor usar para suas necessidades. Trata-se de medida importante no sentido de reduzir o custo dos financiamentos no Brasil", disse.

Questionado se essa seria uma medida populista, Dyogo disse que "é evidente que essa não é uma medida populista. É uma adequação das taxas ao que está acontecendo" no mercado. O ministro lembrou que os juros estão caindo no país por causa de uma agenda de ajuste fiscal, de austeridade. "Agora temos a oportunidade de reduzir o juro do consignado."

Nova rodada de estímulos

Governo antecipa liberação de R\$ 15,9 bi do PIS/Pasep e reduz juro do consignado de servidores

BÁRBARA NASCIMENTO,
LETÍCIA FERNANDES E
EDUARDO BARRETTO

BRASÍLIA - No dia em que as pesquisas mostraram uma popularidade de apenas 3% do governo, o presidente Michel Temer tentou reforçar a agenda positiva e anunciou o novo calendário de saques do PIS/Pasep e uma segunda redução dos juros para empréstimos consignados a servidores federais, aposentados e pensionistas. As medidas pretendem injetar mais de R\$ 20 bilhões na economia, dos quais R\$ 15,9 bilhões deles com os saques do PIS/Pasep. As novas regras para as retiradas já haviam sido anunciadas no fim de agosto. Uma medida provisória (MP) reduziu a idade mínima exigida para o saque de 70 anos para 62 anos, no caso das mulheres, e 65, no dos homens. O calendário, no entanto, só saiu ontem. Os saques começarão no dia 19 de outubro para quem tem a partir de 70 anos. Para aposentados e militares da reserva, o acesso ao dinheiro será possível a partir de 17 de novembro. Mulheres a partir de 62 anos e homens acima de 65 anos poderão sacar os recursos a partir de 14 de dezembro. O calendário de saques do PIS/Pasep anunciado inicialmente ia de outubro deste ano

a março do ano que vem. Em pronunciamento, o presidente Michel Temer reforçou que a medida vai ajudar a injetar recursos na economia.

A medida tem potencial de beneficiar oito milhões de trabalhadores. Só em relação ao PIS, para trabalhadores do setor privado, que equivale a 70% do total de recursos, a estimativa é de uma liberação média de R\$ 5,3 bilhões ao mês até o fim do ano. — O saque do PIS/Pasep é positivo para os beneficiários, mas é também mais um estímulo para a retomada do emprego. Se somarmos essas medidas ao saque das contas inativas do FGTS, vamos chegar a quase R\$ 60 bilhões injetados na economia nacional — disse Temer. Os recursos do Pasep, ligados ao setor público, são administrados pelo Banco do Brasil. O presidente da instituição, Paulo Caffarelli, explicou que quem já for correntista do banco receberá o valor antecipado em suas respectivas contas, sempre dois dias antes da abertura do calendário de cada mês. Não correntistas que possuem saldo de até R\$ 2.500 poderão realizar uma TED para outra instituição, sem custo, por meio da internet ou dos terminais de autoatendimento. O dinheiro, no entanto, tem que estar no mesmo CPF.

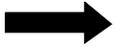
Pela Caixa, que administra o PIS, há um hotsite para realizar as consultas: www.caixa.gov.br/

cotapis. Também será possível realizar a conferência pelo aplicativo ou direto na agência. Para realizar o saque, poderá ser preciso apresentar documento de identificação e atestado de aposentadoria. Em uma outra frente no esforço para estimular a retomada da economia, o governo decidiu reduzir, pela segunda vez, o teto dos juros cobrados em empréstimos consignados para servidores públicos, aposentados e pensionistas. Para servidores, a taxa de juros foi reduzida de 2,2% ao mês para 2,05% ao mês. Em março deste ano, o governo já havia reduzido as taxas do consignado de 2,5% para 2,2% ao mês. Em termos anualizados, a queda foi de 29,8% ao ano para 27,6% ao ano. Para aposentados e pensionistas, a diminuição foi de 2,14% para 2,08% ao mês. De forma anualizada, a redução foi de 28,9% para 28%.

ECONOMIA DE R\$ 5 BI POR ANO

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, ressaltou que, com o orçamento menos comprometido com juros, o brasileiro terá mais recursos para injetar na economia. Ele ressaltou que, em julho de 2017, o saldo total de empréstimos consignados atingiu R\$ 302 bilhões, 94% deles destinados a servidores públicos, aposentados e pensionistas. Segundo Oliveira, a redução dos juros representará uma economia de R\$ 5 bilhões ao ano: — Isso é mais





dinheiro que fica para o aposentado, para o servidor usar para suas necessidades. Trata-se de uma medida muito importante, que adotamos hoje (ontem) no sentido de reduzir o custo dos financiamentos no Brasil.

No bolso do consumidor, no entanto, essa redução terá um efeito pequeno. A economia que será feita com as novas taxas é pouco expressiva, como mostra uma simulação feita pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac). Um empréstimo de R\$ 1.000 hoje sairia por 24 parcelas mensais de R\$ 54,08, totalizando R\$ 1.297,92. Com a nova taxa de 2,05% ao mês, o servidor pagaria 24 parcelas mensais de R\$ 53,17, totalizando R\$ 1.276,08 — um desconto na parcela de R\$ 0,91 e no financiamento total de R\$ 21,84. O ministro do Planejamento afirmou ainda que a medida é uma adequação às novas taxas de mercado, à medida que os juros têm caído. — É uma adequação às taxas de mercado. As taxas de juros estão caindo. Não é uma medida populista.

Análise - Para especialistas, principal uso deve ser pagamento de dívidas

Serviços também podem se beneficiar, mas impacto no PIB será ínfimo

JOÃO SORIMA NETO

O destino dos R\$ 15,9 bilhões em recursos do PIS/Pasep que o governo começa a liberar no dia 19 de outubro, e que vão beneficiar quase oito milhões de pessoas, deve ser o mesmo dos R\$ 44 bilhões liberados recentemente das contas inativas do FGTS: pagamento de dívidas, em primeiro lugar, e, depois, consumo. De acordo com os especialistas, embora a medida seja positiva, porque injeta mais dinheiro na economia, seu impacto no PIB é residual. Para Marcos Gouvêa de Souza, presidente da consultoria GS& — Gouvêa de Souza, a maior parte dos recursos do PIS/Pasep deve ir para a quitação de dívidas, ficando uma fatia menor para compras. Como se trata de um público com faixa etária mais elevada, diz, a tendência é que o dinheiro seja gasto principalmente com serviços: — É um público com perfil mais cauteloso em relação ao consumo. Portanto, o percentual de recursos usado para compras em

comparação ao FGTS deve ser menor. Além disso, não se deve esperar aquisição de mercadorias.

Esse público gasta dinheiro com saúde e lazer, como viagens e entretenimento. Sobre a redução dos juros do consignado a servidores federais, aposentados e pensionistas, Gouvêa de Souza acredita que a medida tende a estimular o uso dessas linhas de crédito, por causa da taxa de juros menor, mas destaca que é difícil mensurar quanto isso pode ter impacto no consumo. Para Ana Paula Tozzi, CEO da AGR Consultores, como o PIS/Pasep é uma bonificação destinada a trabalhadores de renda mais baixa, a expectativa é que a parcela destinada a consumo seja gasta com roupas ou calçados, e não com produtos de maior valor agregado, como carros. Portanto, o impacto para o PIB será ínfimo. — A liberação é saudável, e a maior parte desse público, que pertence à classe C, deve usar o dinheiro para quitar dívidas, já que pelo menos 58% das famílias brasileiras estão endividadas. A parcela destinada ao consumo será usada em compras de vestuário ou calçados — diz Ana Paula.

Ganho extra em leilões será corroído por perdas com Refis

Em agosto, rombo do governo é de R\$ 9,6 bi, 53% a menos que em 2016

MARTHABECK E
GABRIELAVALENTE

BRASÍLIA- Os ganhos de receita que o governo obteve com os leilões das usinas da Cemig e de blocos de petróleo e gás serão consumidos pelas perdas que serão registradas com o novo Refis. O texto-base da medida provisória (MP) que cria o programa foi aprovado esta semana pela Câmara com uma série de benesses concedidas pelo relator, deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG). Segundo o governo, elas resultarão na queda da arrecadação esperada. Segundo a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, o leilão da Cemig rendeu R\$ 1,2 bilhão a mais que o previsto, enquanto o dos blocos de petróleo e gás ficou R\$ 3 bilhões acima das expectativas — um total de R\$ 4,2 bilhões. No entanto, as mudanças aprovadas no Refis farão com que a arrecadação estimada caia R\$ 5 bilhões, passando de R\$ 8,8 bilhões para R\$ 3,8 bilhões. Esse cenário deixa claro o desafio para fechar as contas públicas em 2017.

Em agosto, por exemplo, o governo central (que inclui Tesouro Nacional, Previdência Social e

Banco Central) registrou déficit primário de R\$ 9,6 bilhões. O resultado representa uma melhora em relação a 2016. No mesmo período do ano passado, o rombo foi de R\$ 20,3 bilhões. Ou seja, o déficit caiu 53% no período. No acumulado do ano, no entanto, o governo central tem saldo negativo de R\$ 85,8 bilhões, o pior da série histórica do Tesouro, iniciada em 1997. Isso representa uma alta de 13% em relação ao mesmo período de 2016, quando o rombo ficou em R\$ 75,9 bilhões. A meta da equipe econômica é terminar 2017 com um déficit primário de R\$ 159 bilhões. Pelos dados do Tesouro, o déficit da Previdência até o mês passado atinge R\$ 113,3 bilhões.

Até agosto, a receita líquida do governo somou R\$ 729,3 bilhões, um aumento nominal de 3,2% sobre o ano passado. O ritmo de crescimento da despesa, porém, é mais forte: 4,1%, para R\$ 815 bilhões, na mesma comparação. Além de um rombo elevado, o governo tem uma série de incertezas nas receitas necessárias para fechar o ano. Segundo o Tesouro, o governo conta com R\$ 53 bilhões em receitas extraordinárias para atingir a meta fiscal de 2017 — R\$ 6 bilhões a mais que em 2016, quando o montante dessa arrecadação somou R\$ 47 bilhões. Esses recursos,

porém, devem ficar abaixo da projeção do governo. Esta ainda não foi atualizada para incluir, por exemplo, as perdas com o Refis: os R\$ 53 bilhões ainda consideram uma arrecadação de R\$ 8,8 bilhões com o programa. Mesmo assim, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, minimizou as concessões feitas pelo governo ao texto do novo Refis.

Perguntado se o governo cedera demais na negociação, Oliveira disse que, ao contrário, poderia até ser acusado de ter cedido pouco. Ele classificou as negociações de prudentes: — Foi uma negociação longa e dura, acho que o governo poderia ser acusado do contrário, de não ter cedido, porque foi uma negociação que durou o ano inteiro. E ainda não se concluiu a votação. Acho que a condição da negociação foi bastante prudente, muito diligente. Ana Paula Vescovi disse que a devolução antecipada de R\$ 33 bilhões do BNDES ao Tesouro, formalizada ontem, vai assegurar o cumprimento da chamada regra de ouro em 2017. Esta determina que o governo não pode realizar operações de crédito acima de suas despesas com investimentos. Na prática, impede que o Estado se endivide para pagar despesas correntes.

ANÁLISE

Proposta de fundo eleitoral aumenta poder de caciques partidários

BRUNO CARAZZA
DE COLUNISTA DA FOLHA

Desde que o STF proibiu as doações de empresas, os parlamentares buscam suprir a carência de recursos para 2018 para, assim, assegurar sua sobrevivência política.

A sociedade reagiu ao distritão e aos R\$ 3,6 bilhões do Fundo de Financiamento da Democracia, mas nossos parlamentares ainda não jogaram a toalha.

O Senado acabou de aprovar o PLS nº 206/2017, destinando mais recursos públicos para cobrir despesas de campanhas. A proposta, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), é melhor do que a elaborada pela Câmara, mas contém artimanhas que beneficiam a base do governo e os líderes partidários –e, claro, prejudica a população.

Os defensores do novo projeto alardeiam que esse fundo custará "apenas" R\$ 1,7 bilhão –menos da metade do pretendido pela Câmara. Além disso, defendem que a medida não pesará no Orçamento: os recursos seriam realocados de despesas já existentes, como emendas parlamentares e a propaganda partidária, que seria extinta.

Mas é bom ficar atento aos detalhes. O projeto prevê destinar "ao menos" 30% do valor das emendas das bancadas estaduais para o financiamento eleitoral.

Isso quer dizer que recursos que seriam aplicados nos Estados e municípios –como projetos de infraestrutura, saúde, etc.– iriam para os políticos gastarem nas suas campanhas. Ou seja, haveria uma transferência de recursos que beneficiam a população (prejuízos difusos) para os candidatos

(benefícios concentrados). Você considera isso legítimo?

É preciso destacar que a proposta original, do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), não previa esse corte nos recursos estaduais.

O dinheiro viria exclusivamente da extinção das propagandas partidárias e do horário eleitoral –que, apesar de serem chamados de "gratuitos", custam, respectivamente, R\$ 300 milhões e R\$ 600 milhões por ano em compensações fiscais para as empresas de rádio e TV.

Imagino que o lobby das emissoras tenha sido decisivo para a decisão de jogar a conta para a população.

A outra questão é que ninguém garante que o fundo ficará restrito a R\$ 1,7 bilhão. O texto aprovado no Senado utiliza a expressão "ao menos", o que abre uma brecha para





que os parlamentares aumentem a cota prevista para as campanhas. E nunca é demais lembrar que o teto de despesas não se aplica aos gastos com eleições –o projeto será um cheque em branco dado ao Congresso.

A proposta também é engenhosa no que se refere à distribuição desse bolo de dinheiro público. Em vez de utilizar como base a última votação para Câmara dos Deputados –regra que já vale para o Fundo Partidário–, a fórmula de Jucá tem diversas variáveis: 2% seriam repartidos igualmente entre todos os partidos, 49% levariam em conta a votação de 2014, 34% seriam atribuídos de acordo com a bancada atual na Câmara e 15% conforme a bancada atual no Senado.

Ao inserir no cálculo o resultado das mudanças de configuração na Câmara e no Senado, Jucá alterou bastante a destinação de recursos para as campanhas de 2018, conforme pode ser visto no gráfico.

A base governista é a principal beneficiada no projeto aprovado no Senado: PMDB, DEM e alguns partidos do "centrão" (Podemos, PP, PR e PSD) ampliarão a fatia a que terão direito, enquanto PT e PSDB seriam bastante prejudicados. A

aposta de Jucá, nesse caso, é que a base aliada do governo, a ser agraciada com alguns milhões a mais de dinheiro público em 2018, seja suficiente para aprovar o projeto até o fim da semana que vem.

O projeto aprovado no Senado também reserva grande poder para os caciques partidários. Caberá às executivas nacionais definir quanto será aplicado nas campanhas para cada cargo e em cada candidato individualmente –uma vez que a distribuição igualitária atingirá apenas 30% do valor a ser repassado a cada partido.

Nesses tempos em que boa parte do Congresso está na mira da Lava Jato e os parlamentares buscam desesperadamente se reeleger, dar mais poder para as cúpulas dos partidos pode ser decisivo para a renovação ou não do Congresso Nacional.

É por essas e outras que é bom desconfiar desses projetos aprovados a toque de caixa para destinar mais recursos públicos para políticos.

BRUNO CARAZZA é doutor em Direito (UFMG) e mestre em Economia (UnB). É autor do blog "O Espírito das Leis"

Temer busca agenda positiva para enfrentar denúncia na Câmara

LAÍS ALEGRETTI
GUSTAVO URIBE
DE BRASÍLIA

O presidente Michel Temer orientou seus ministros a finalizar nas próximas semanas medidas positivas que possam ser anunciadas no Palácio do Planalto.

Nesta quinta-feira (28), o presidente convocou um pronunciamento para “anunciar” a antecipação na idade para sacar o PIS/Pasep e a redução dos juros do crédito consignado para servidores públicos federais e aposentados e pensionistas do INSS.

A primeira medida, na verdade, já havia sido anunciada no final de agosto. “Essa é uma antecipação, porque antes só se podia sacar quando atingisse idade de 70 anos”, afirmou o presidente. Agora, será permitido o saque aos 65 (homem) e 62 (mulher) anos.

Também já era conhecida a expectativa de liberação de R\$ 15,9 bilhões com a mudanças, que deve beneficiar 8 milhões de pessoas.

O PIS/Pasep pode ser retirado por trabalhadores que contribuíram com os fundos antes da Constituição de 1988. O saque é feito nas agências do Banco do Brasil (Pasep) e da Caixa (PIS).

O Palácio do Planalto chamou o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, e os presidentes do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli, e da Caixa, Gilberto Occhi, para anunciar o calendário.

Com uma agenda positiva, quer passar a impressão de que o governo federal não está preocupado com as acusações de irregularidades.

O pedido de Temer é para que os ministérios elaborem propostas de rápida execução e que não representem impacto orçamentário significativo, devido às dificuldades para fechar as contas.

Para a próxima semana, quando a denúncia por obstrução judicial e organização criminosa começar a ser discutida na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), a equipe presidencial prepara

novos eventos com a participação do presidente.

CALENDÁRIO

No dia 19 de outubro, serão disponibilizados os recursos para os cotistas com mais de 70 anos. Em 17 de novembro, o dinheiro será liberado para os que já estão aposentados. No dia 14 de dezembro, estarão disponíveis os valores para os demais cotistas beneficiados pelo critério de idade.

O ministro Dyogo Oliveira (Planejamento) afirmou que o crédito será automático para correntistas da Caixa e do Banco do Brasil.

“Grande parte desses recursos será disponibilizada de forma automática, e as pessoas nem precisarão buscar as agências”, afirmou.

CRÉDITO

O Ministério do Planejamento informou que vai publicar nesta sexta-feira (29) uma portaria que reduzirá o teto para a taxa de juros nas operações de crédito consignado para servidores federais





de 2,20% ao mês para 2,05% ao mês.

O CNP (Conselho Nacional de Previdência) aprovou também a redução do teto da taxa de juros nas operações com aposentados e pensionistas. O teto cai de 2,14% para 2,08% ao mês.

Dyogo Oliveira negou que a medida seja populista, em um momento de crise econômica. Segundo o ministro, é uma “adequação às atuais taxas do mercado”.

SAQUE DO PIS/PASEP

Veja o calendário

19 de outubro

Podem sacar os cotistas do PIS/Pasep com mais de 70 anos

17 de novembro

Dinheiro será liberado para os que já estão aposentados

14 de dezembro

valores estarão disponíveis para os demais cotistas beneficiados pelo critério de idade

‘Não temos plano B’, diz secretária do Tesouro

Governo depende de repasse do BNDES para não descumprir regra que impede emissão de dívida para pagar despesas; violação configura crime

Idiana Tomazelli
Adriana Fernandes

A queda de braço em torno da devolução de recursos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Tesouro Nacional está longe de ser encerrada. Diante dos sinais cada vez mais evidentes da resistência do presidente do banco, Paulo Rabello de Castro, em pagar antecipadamente mais R\$ 130 bilhões em 2018 como quer a equipe econômica, o governo deflagrou ontem uma ofensiva para mostrar os riscos de a operação não ser realizada.

O perigo é o descumprimento da chamada “regra de ouro” do Orçamento, que impede a emissão de dívida para o pagamento de despesas correntes. A violação dessa regra é crime de responsabilidade das autoridades responsáveis, inclusive o presidente da República. A devolução dos recursos do BNDES é necessária para preencher o “buraco” de R\$ 184 bilhões que existe entre o limite da regra de ouro e o que de fato o governo precisa emitir de dívida para se financiar.

“Hoje não temos plano B”, disse categoricamente a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi.

“São R\$ 184 bilhões (que faltam em 2018), esse número vai continuar subindo nos próximos anos”, diz o presidente do Insper, Marcos Lisboa, que já foi secretário de Política Econômica da Fazenda. Segundo ele, o crescimento das despesas obrigatórias também contribui para achatá-las os investimentos (que são despesas de capital), reduzindo ainda mais o limite da regra de ouro.

“Podemos chegar a uma situação de impasse. O muro está chegando.” O recado da secretária do Tesouro tem endereço certo, uma vez que as mais recentes declarações de Rabello provocaram irritação na área econômica. O presidente do BNDES tem dito publicamente que a devolução do valor pedido para 2018 é “impossível”. As declarações de Rabello provocaram uma saída justa e mal estar, porque contrastam com a orientação de política econômica de que o banco devolva o dinheiro. Rabello negociou uma devolução inicial de R\$ 50 bilhões na tentativa de ganhar tempo e conseguir flexibilizar o valor restante ou buscar fontes alternativas de financiamento para o banco.

O problema é que as propostas apresentadas pelo banco não foram consideradas viáveis pelo governo, segundo fontes da área econômica. O valor da devolução já foi incluído pelo Ministério do

Planejamento na proposta de Orçamento de 2018, pois é preciso comprovar no projeto de onde virá o financiamento da regra de ouro.

Segundo fontes do governo, a dificuldade para o cumprimento da norma será maior ainda em 2019 – primeiro ano de mandato do próximo presidente da República. Esse perigo também está no radar dos economistas. O risco de descumprimento da exigência orçamentária decorre dos déficits fiscais seguidos que as contas públicas vêm registrando. Hoje, esse risco é uma das maiores preocupações da equipe econômica, já que o seu descumprimento representa crime de irresponsabilidade fiscal.

Em documento divulgado ontem, o Tesouro Nacional classificou o momento atual como o “de maior dificuldade fiscal desde os anos 1990”. O problema da regra de ouro existe já neste ano, embora em proporção menor. Dados divulgados pelo Tesouro ontem mostram que em 12 meses até agosto a folga para emissões de dívida em acordo com a regra era de apenas R\$ 7 bilhões. Segundo Vescovi, a devolução antecipada de R\$ 33 bilhões efetivada ontem pelo BNDES vai ajudar a afastar o risco neste ano. O banco de fomento ainda deve repassar ao Tesouro outra parcela de R\$ 17 bilhões em novembro.

COLABOROU DANIELA AMORIM, DO RIO

CONJUNTURA »**Executivo terá de cobrir gasto dos demais poderes**

Governo repassará R\$ 2,1 bilhões, em 2018, ao Legislativo e ao Judiciário, que devem estourar o limite estabelecido pela emenda constitucional que fixou teto para o crescimento das despesas da União. Previsão está na proposta orçamentária do ano que vem

ROSANA HESSEL

O governo vai ter um grande desafio para fechar as contas de 2018 e cumprir o teto de gastos e a meta fiscal, apesar de ter ampliado a previsão de deficit nas contas públicas de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões. Nessa empreitada, o Executivo não terá a ajuda dos demais poderes, porque eles devem estourar os limites orçamentários. Ao contrário, será chamado a compensar o excesso de despesas do Legislativo e do Judiciário até 2019. No ano que vem, a fatura será de R\$ 2,1 bilhões, conforme previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2018.

O valor está abaixo do limite de compensação projetado para o próximo ano, de R\$ 3,2 bilhões. Mesmo assim, preocupa especialistas, porque a tendência é que ele continue crescendo após 2020. Para os analistas, Judiciário e Legislativo estão aproveitando esse espaço para ampliar despesas e conceder aumentos salariais, no

momento em que o Executivo tenta adiar os reajustes do funcionalismo. “É um péssimo sinal, porque, no quarto ano, não terá mais compensação. O que deveria acontecer é o oposto, com as despesas começando a diminuir em grau mais acelerado”, criticou um economista do governo.

O limite de compensação para os demais poderes equivale a 0,25% do teto do Poder Executivo, conforme estabelecido na Emenda 95, que instaurou o limite de crescimento dos gastos federais e o Novo Regime Fiscal. Neste ano, esse valor é de R\$ 3,1 bilhões, e, no ano que vem, de R\$ 3,3 bilhões.

Na avaliação do economista Bráulio Borges, da LCA Consultores, os poderes Legislativo e Judiciário estão adiando um problema ao não se enquadrarem no teto. “A estratégia é não tentar ajustar muito agora, mas, quando chegar a 2020, vai ter um buraco muito grande. Na verdade, eles estão encomendando a necessidade de um ajuste mais draconiano”, alertou.

A economista Vilma da Conceição Pinto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), lembrou que o teto de gastos deste ano vai ser cumprido porque o governo está fazendo um contingenciamento grande no orçamento, de R\$ 45 bilhões. No ano

que vem, contudo, não há espaço para um bloqueio desse tamanho.

“O teto ficará cada vez mais comprometido, porque não existe muita margem para cortes”, destacou Vilma, lembrando que o Ploa de 2018 prevê apenas R\$ 65 bilhões de despesas discricionárias. A mensagem modificativa com a nova meta fiscal do próximo ano, que o Ministério do Planejamento deve enviar ao Congresso, poderá ampliar um pouco essa margem, segundo Vilma.

Para a economista Monica de Bolle, pesquisadora do Petterson Institute for International Economics, de Washington, é bem provável que a meta fiscal de 2018 não seja cumprida. “O deficit pode facilmente passar de R\$ 170 bilhões no ano que vem, porque todos sabem que ano eleitoral é ano de ganância”, alertou. Ela acrescentou que os riscos de o teto não ser cumprido também são crescentes, principalmente, se o próximo governo não for reformista como o mercado espera.

O teto para o aumento das despesas primárias do governo é de 7,2% neste ano e de 3% em 2018. Dados do Tesouro Nacional divulgados ontem mostram que nem mesmo o Executivo conseguiu cumprir a determinação da Emenda 95. As despesas acumuladas no ano somaram R\$ 806,4 bilhões, valor 7,4% acima do contabilizado no





mesmo período do ano passado. As do Legislativo cresceram 6,4% e as do Judiciário, 5,7%.

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, disse que as despesas ficaram acima do teto “pontualmente”, porque existe uma margem de R\$ 29 bilhões para o Executivo cumprir a regra em 2017. “Só no fim do ano que a gente vai atestar o cumprimento do limite. Essa oscilação pontual de agosto tende a convergir para 4,8%”, previu. Ana Paula acrescentou que, nessa conta, considera a liberação de R\$ 12,8 bilhões do orçamento, possibilitada pela ampliação do rombo fiscal deste ano para R\$ 159 bilhões. O detalhamento dos órgãos contemplados com os recursos sai hoje no Diário Oficial da União.

(Colaborou Hamilton Ferrari)



Saco sem fundo

Pelas previsões do Orçamento, o Executivo será o único a cumprir a emenda do teto de gastos em 2018, e ainda precisará cobrir o excesso de despesas dos demais poderes no valor de R\$ 2,1 bilhões



Fora de controle

Teto das despesas primárias sujeitas a teto do Legislativo e do Judiciário (R\$ milhões)

Órgão	Limite	Ploa 2018	Excesso a ser compensado pelo Executivo
Câmara dos Deputados	5.595,1	5.785,9	190,9
Senado Federal	4.118,4	4.146,5	28,1
Tribunal de Contas da União	1.935,1	1.963,9	28,8
Supremo Tribunal Federal	596,8	663,9	67,0
Superior Tribunal de Justiça	1.404,3	1.404,3	—
Justiça Federal	10.271,7	10.595,4	323,7
Justiça Militar da União	505,2	512,7	7,5
Justiça Eleitoral	6.837,8	6.937,4	99,6
Justiça do Trabalho	17.495,0	18.715,6	1.220,6
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.478,2	2.478,2	—
Conselho Nacional de Justiça	182,5	212,6	30,1
Ministério Público da União	5.928,2	5.981,9	53,7
Conselho Nacional do Ministério Público	77,6	87,6	9,9
Defensoria Pública da União	507,6	551,7	44,1
Total	57.933,5	60.037,6	2.104,1

Rombo constante

O déficit fiscal dos oito primeiros meses do ano foi o maior desde 1997, mas o resultado de agosto caiu pela metade em relação ao mesmo mês de 2016 (R\$ milhões)

Período	Agosto	Jan-Ago	Acumulado de 12 meses
2013	99	38.413	73.095
2014	-10.445	4.698	43.278
2015	-5.060	-13.964	-35.873
2016	-20.302	-75.995	-176.771
2017	-9.598	-85.804	-171.085

Perigo à vista

■ O governo federal precisa de R\$ 184 bilhões para não ser enquadrado em crime fiscal no próximo ano. Pela regra de ouro, o Executivo não pode fazer operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital da União.

Fonte: Fontes: Ploa 2018; Tesouro Nacional

Deficit persistente

Contas do governo federal estão no vermelho desde 2014.

Ano	Resultado primário	Em % do PIB
2010	78,8	2,0
2011	93,5	2,1
2012	88,2	1,8
2013	77,0	1,4
2014	-17,2	0,3
2015	-114,7	1,9
2016	-161,3	2,6
2017	-171,0*	2,6

*acumulado em 12 meses até agosto

"Sem plano B"

■ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pagou R\$ 33 bilhões ao governo relativos a empréstimos para fomento do crescimento. Até o fim do ano, devem ser pagos mais R\$ 17 bilhões e, em 2018, R\$ 130 bilhões. O Executivo conta com os recursos para cumprir a regra de ouro.

Cristiano Gomes/CB/D. A Press

Risco de crime fiscal

O governo corre o risco de descumprir a chamada regra de ouro, pela primeira vez, desde que ela foi criada, em 1988. A norma, estabelecida pela Constituição, não permite que o governo contraia dívidas para pagar despesas correntes, como salários e material de uso diário. O Tesouro só pode emitir títulos para cobrir despesas de capital, que incluem amortização de juros e investimentos.

Há um buraco previsto de R\$ 184 bilhões nas contas federais, em 2018, que precisará ser coberto para que não ocorra crime de responsabilidade fiscal. “O descumprimento da regra de ouro é mais grave do que o da meta fiscal, porque ela está na Constituição e não pode ser alterada”, explicou a economista Vilma da Conceição Pinto, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV).

Para não chegar a esse ponto, o governo conta com o retorno antecipado de empréstimos feitos

nos últimos anos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A previsão é que sejam devolvidos R\$ 130 bilhões no ano que vem. Para 2017, estão programados R\$ 50 bilhões, dos quais R\$ 33 bilhões foram repassados ontem. Como a necessidade para cumprir a regra de ouro é de pouco menos de R\$ 20 bilhões, segundo os técnicos, os R\$ 30 bilhões restantes serão utilizados em 2018. Porém, pelas estimativas levantadas pelo Correio, ainda faltarão R\$ 24 bilhões

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi disse que “não existe Plano B” para garantir o cumprimento da regra de ouro. Ela reconheceu que será necessário continuar ajustando as despesas e descartou aumento de impostos. De acordo com o Tesouro, no acumulado em 12 meses até agosto, o governo já descumpriu a regra de ouro em R\$ 7 bilhões. No entanto, o valor foi coberto pelo pagamento feito ontem pelo BNDES. (RH e HF)

Deficit melhora em agosto, mas é recorde em oito meses

HAMILTON FERRARI
ESPECIAL PARA O CORREIO

Apesar de ter melhorado em agosto, o resultado primário das contas do governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência) nos oito primeiros meses de 2017 foi o pior em 20 anos, desde o início da série histórica. O rombo acumulado chegou a R\$ 85,8 bilhões, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional. Já no mês passado, o deficit foi de R\$ 9,59 bilhões, 52% menor que o saldo negativo de R\$ 20,3 bilhões contabilizado em agosto de 2016.

O programa de regularização tributária, conhecido como Refis, deu gás para a melhora do mês: foram R\$ 3 bilhões extras com o recolhimento de impostos atrasados pelas empresas que se inscreveram no programa. Porém, os ganhos esperados para o restante do ano não são animadores. Segundo previsão do Tesouro, a arrecadação deve ser de R\$ 3,8 bilhões, sendo que expectativa inicial era que o Refis rendesse R\$ 13 bilhões.

A projeção encolheu devido à generosidade com que os devedores foram tratados no projeto de lei cujo texto-base foi aprovado na última quarta, na Câmara dos Deputados. Fábio Klein, analista da Tendências Consultoria, afirmou que o governo não está livre de ter que fazer novos

bloqueios de despesas para cumprir a meta de terminar o ano com deficit de R\$ 159 bilhões nas contas federais. “Acredito que as frustrações na arrecadação não vão colocar em xeque a meta fiscal, mas se novas receitas não forem concretizadas, o governo deve adotar novos contingenciamentos para conseguir fechar o ano com o rombo previsto”, afirmou.

Até agosto, o deficit acumulado em 12 meses somou R\$ 171 bilhões. A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, destacou, porém, que, excluindo os gastos com o pagamento antecipado de precatórios judiciais, o resultado primário foi de R\$ 154 bilhões negativos.

Em agosto, a receita líquida teve alta real — descontada a inflação — de 19,7%, na comparação com o mesmo período de 2016, saindo de R\$ 75 bilhões para R\$ 92 bilhões. Além do Refis, a melhora no comportamento dos principais indicadores macroeconômicos resultou na elevação de R\$ 5,4 bilhões, segundo o Tesouro.

“O resultado de agosto sinaliza uma tendência positiva para as receitas nos próximos meses e reforça o cenário de cumprimento da meta. Por outro lado, os dados também reforçam o movimento

contínuo de elevação dos gastos obrigatórios. Os problemas de desequilíbrio fiscal de longo prazo demandam reforma estrutural”, avaliou Klein.

O crescimento acelerado dos gastos obrigatórios, como salários do funcionalismo e, principalmente, benefícios previdenciários, é a principal razão da deterioração das contas públicas. De janeiro a agosto, as despesas compulsórias alcançaram 104% da receita líquida, ou seja, mesmo que os gastos controlados pelo Executivo fossem zerados, as contas apresentariam deficit.

Já as despesas discricionárias, aquelas que o governo pode ou não executar, caíram R\$ 24,7 bilhões de janeiro a agosto, em relação ao mesmo período de 2016. “Isso demonstra o esforço de contenção de despesas que vem sendo realizado ao longo de 2017”, ponderou Ana Paula Vescovi.

O rombo da Previdência Social chegou a R\$ 260,6 bilhões no acumulado em 12 meses terminados em agosto. A maior parte é das despesas na área do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que teve deficit de R\$ 184,2 bilhões nesse período.





**Refis: destaques
só na próxima semana**

O texto-base do novo Refis, que permite o parcelamento de dívidas com a União, aprovado na última quarta-feira pelo plenário da Câmara, ainda pode sofrer alterações na Casa. Na semana que vem, os deputados precisarão analisar as propostas de mudanças (destaques) apresentadas durante a discussão. Será avaliada, entre outras proposições, a possibilidade de que micro e pequenas empresas também possam aderir ao programa. Em seguida, a matéria vai para o Senado e, só depois, será sancionada pelo presidente Michel Temer. Dessa forma, o prazo de adesão, que terminaria hoje, será suspenso até que Temer assine a medida e, a partir de então, voltará a valer até 31 de outubro.

TRABALHO »**Liberação do PIS/Pasep começa em outubro**

Michel Temer: pessoas estão recebendo dinheiro que lhes pertence

Cronograma prevê desembolsos do mês que vem a dezembro. Pessoas com 70 anos ou mais serão pagas primeiro. Mulheres a partir de 62, e homens, 65, receberão por último

RODOLFO COSTA

O governo federal anunciou ontem o calendário de saques das contas inativas do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (BB), responsáveis pelos pagamentos, calculam que os benefícios serão pagos a 8 milhões de cotistas, com

injeção de R\$ 15,9 bilhões na economia.

Os resgates começarão em 19 de outubro, para pessoas com 70 anos ou mais. Aposentados que não se enquadrem nessa idade terão direito de retirar os recursos a partir de 17 de novembro. A novidade é que foram incluídos no cronograma de pagamento mulheres com 62 anos ou mais e homens a partir de 65 anos não aposentados. Para estes, o dinheiro será pago a partir de 14 de dezembro.

A medida tem o objetivo de destravar o consumo. Com a economia tentando se reerguer após dois anos de recessão, o governo

espera que os recursos ofereçam alternativas de custeio a demandas diversas dos cotistas.

Os quase R\$ 16 bilhões a serem injetados representam 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB), o que, para o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, é um “valor considerável”. “Impactará, a nosso ver, principalmente o consumo e, em certa medida, a redução da inadimplência. E isso, sem sombra de dúvidas, contribuirá para o processo de retomada do crescimento”, avaliou.

O presidente da República, Michel Temer, tomou a dianteira do anúncio e destacou que a medida equivale à liberação dos saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). “Muito mais pessoas realizarão, talvez, uma pequena reforma. Farão aquela compra talvez adiada. Portanto, estamos permitindo ao cidadão acesso a um dinheiro que lhe pertence. E que poderá usar, naturalmente, como bem entender”, afirmou.

Os saques serão destinados a pessoas que contribuíram com o PIS/Pasep até 4 de outubro de 1988. Desde então, as contribuições ficaram destinadas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para patrocinar o abono salarial e o seguro-desemprego. Sem a decisão, apenas pessoas a partir de 70 anos





poderiam sacar os recursos. Ao todo, há R\$ 37 bilhões em nome dos cotistas.

Dúvidas

Para desburocratizar os saques, a Caixa e o BB efetuarão os depósitos automaticamente para beneficiários que são correntistas de uma das instituições. Trabalhadores do setor privado cadastrados no PIS receberão o dinheiro pela Caixa. Já os recursos do Pasep serão depositados pelo BB para servidores públicos.

Quem for cadastrado no PIS e não tiver conta na Caixa poderá sacar até R\$ 1,5 mil em terminais automáticos do banco com o uso do Número de Identificação Social (NIS). Valores acima de R\$ 3 mil só serão feitos em agências, mediante apresentação documento de identificação oficial com foto e, no caso dos aposentados, documento que comprove essa condição. Correntistas de outros bancos que tenham dinheiro a receber no BB poderão solicitar o depósito pelo site e pelos caixas eletrônicos.

Fique atento!

Tire suas dúvidas e confira como será o cronograma para o saque do PIS/Pasep:

Diferenças

Os recursos do PIS contemplam trabalhadores do setor privado. Será a Caixa Econômica Federal a responsável por pagar essas pessoas. Já os recursos do Pasep serão pagos pelo Banco do Brasil (BB) a servidores públicos.

Calendário

A medida do governo prevê a antecipação de recursos para quem tem menos de 70 anos

Grupo de beneficiários

Recebimento a partir de 70 anos ou mais 19/10/2017

Aposentados 17/11/2017

Mulheres a partir de 62 anos e homens a partir de 65 14/12/2017

Quem tem direito?

Beneficiários cadastrados em um dos fundos até 4 de outubro de 1988 e que ainda detêm recursos no próprio nome

Como consultar se tem direito?

Quem tem dinheiro a receber da Caixa poderá consultar pelos canais: www.caixa.gov.br/cotapis; aplicativo Caixa Trabalhador; 0800 726 0207. Os que receberão pelo BB podem consultar o portal www.bb.com.br/pasep.

Fontes: BB e Caixa

Grupo unificará leis trabalhistas

ALESSANDRAAZEVEDO

O Ministério do Trabalho criou uma comissão de juristas para unificar as leis trabalhistas, consideradas “esparças” pelo chefe da pasta, Ronaldo Nogueira. Em portaria divulgada ontem no Diário Oficial da União, ele se propôs a “sistematizar” as dezenas de regras que foram feitas, revogadas e revistas nos últimos 75 anos, desde a criação a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. Entram nessa lista as que tratam do 13º salário, do repouso semanal remunerado, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do trabalho temporário e da terceirização.

O novo ordenamento também deve incluir categorias que foram ignoradas pela CLT, como empregados domésticos e servidores públicos, que hoje são regidos por

legislações próprias. A comissão, que será presidida por Alexandre Agra Belmonte, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), terá 180 dias, prorrogáveis por mais 180, de discussões. Até o fim dos 120 primeiros dias, os nove integrantes apresentarão a proposta ao ministro.

Alguns desses pontos animaram os sindicalistas, que, após o baque da aprovação da reforma trabalhista, esperam que a comissão consiga preencher lacunas deixadas pelo texto, sancionado em julho pelo presidente Michel Temer. Na época, para que a matéria passasse no Senado, o governo prometeu editar uma medida provisória que mudaria algumas questões consideradas polêmicas, como o trabalho intermitente e a possibilidade de grávidas trabalharem em ambientes insalubres. Até o momento, o governo não definiu o que estará nessa MP.